

Conclusão

“*Não se é aquilo que se usa*” (BOURRIAUD, 2011, p.36).

O objeto escolhido, iluminado pela investigação, refletiu em várias direções. Há que se integrar as luzes dentro do possível, para, além de desfrutarmos melhor da claridade, sabermos quais cantos da contemporaneidade permanecem obscurecidos.

Começamos com o conceito de *espírito militar*. Como lembra JANOWITZ (1967, p. 175),

“A profissão militar é mais que uma ocupação; é todo um estilo de vida. O oficial faz parte de uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres oficiais. Com efeito, qualquer profissão que realize uma tarefa de ‘vida ou morte’, como a medicina, o ministério e a política, cria essas exigências. A missão fatal da guerra tem exigido que o oficial esteja preparado para abandonar sua rotina e compromissos pessoais de um momento para outro. Isso é óbvio e prosaico. Contudo, um pouco menos explícito é o fato de que qualquer profissão que se preocupe continuamente com a ameaça de perigo requer um forte senso de solidariedade para que possa funcionar com eficiência. A regulamentação minuciosa do estilo de vida militar tem o fim de realçar a coesão grupal, a lealdade profissional e manter o espírito marcial. Em boa medida, a doutrinação militar tem sido eficiente devido à comunidade relativamente fechada em que os militares têm vivido. Por sua vez, o estilo de vida da comunidade militar contribui para a autoconsciência e autoconfiança da elite militar”.

A ele reitera HUNTINGTON (1996):

“A direção, a operação e o controle de uma organização humana cuja principal função consiste na aplicação da violência é a qualidade peculiar do oficial” (p. 30).

“Antes da administração da violência tornar-se a tarefa extremamente complexa que é na civilização moderna, era possível que alguém sem treinamento especializado pudesse exercer o oficialato” (p.31).

“O ingresso nesse grupo [o oficialato] é restrito àqueles com educação e instrução indispensáveis e, geralmente, só é permitido pelo nível mais baixo de competência profissional. A

estrutura corporativa do corpo de oficiais inclui não apenas a burocracia oficial mas também sociedades, associações, escolas, publicações, costumes e tradições. O mundo profissional tende a abranger uma proporção singularmente alta de suas atividades. Via de regra, ele vive e trabalha longe do restante da sociedade; física e socialmente, é provável que ele tenha menos contatos não-profissionais do que a maioria de outros profissionais. A linha que o separa do leigo ou do civil é simbolizada de público pelo uniforme e pelas insígnias do posto” (p.35).

Damos como claro que é a situação de risco extremo – com a possibilidade de comprometimento da própria vida – na administração da violência, que impõe características de segregação aos militares e aos seus familiares¹⁶¹. Menos claro, para o leitor, pode ser o fato de que ambas as fontes – clássicos da sociologia dos militares – se referem ao profissional das Armas anglo-saxônico da primeira metade do século XX.

Nossa referência principal para o conceito de *espírito militar* aplicado ao EB vem de CASTRO (1990), que corrobora as conceituações anteriores, chamando a atenção para o papel crucial das escolas de formação (em especial, as academias) na inculcação desse conjunto de valores, atitudes e comportamentos. Este autor destaca os instrumentos postos a serviço desse processo de subjetivação, tais como a *alternação* – uma forma particularmente intensa de socialização secundária na qual “o indivíduo ‘muda de mundos’ e há uma intensa concentração de toda a interação significativa dentro do grupo” (BERGER e LUCKMAN apud CASTRO, 1990, p.32). Ele também considera – ainda que com restrições – o conceito de *instituição total* como em GOFFMAN (2001), sempre no intuito de explicitar que o *espírito militar* demanda condições específicas para seu desenvolvimento.

É importante lembrar, também, que ao EB interessou, desde a República Velha e com mais intensidade a partir deste período, influenciar a socialização do cidadão brasileiro, como nos mostra BAÍA HORTA (1994):

¹⁶¹Os exemplos elencados por JANOWITZ (1967) – medicina, ministério e política – parecem não distinguir o que seria o sacrifício da vida alheia do sacrifício da própria vida, no que a profissão militar se torna exclusiva.

“Para Gaetano de Faria era necessário ‘fazer passar pelas casernas o maior número de cidadãos’; só assim o quartel tornar-se-ia a ‘escola da nação armada’. Segundo ele, na guerra, ‘os fatores morais têm mais influência do que os materiais’. Assim sendo, o soldado precisa mais do que instrução técnica – precisa de instrução moral’. Para o general, os pais e mestres são ‘agentes da sociedade’, encarregados em iniciar a criança no asseio na obediência, no respeito às conveniências, nos costumes e na grande lei do trabalho: ‘o papel que a sociedade civil confia aos pais e mestres, o Exército confia aos seus graduados, em cuja frente estão os oficiais’. Assim, o ideal seria que o regimento tivesse apenas que completar a obra começada pela mãe de família e continuada pelo mestre-escola’. Desta forma o Exército nada mais seria que ‘o prolongamento da escola’” (p.7).

Tudo isso converge para uma proposta que, inercialmente, se mantém nos Colégios Militares. No tempo em que foram a principal fonte de quadros para as escolas de formação (primeiro a Escola Militar da Praia Vermelha, depois a Escola Militar de Realengo e, até os dias de hoje, a AMAN), como incubadores de oficiais os CM promoviam a seleção intelectual e a primeira depuração afetiva. Eram, natural e reconhecidamente, antessalas para a formação do oficialato¹⁶².

Esta condição não se mantém, nos dias de hoje. Ainda que os CM sejam a principal origem escolar dos candidatos ao nível superior do Exército, a própria expansão da rede de colégios (mais de 14.000 alunos de ambos os sexos) desarticula o prosseguimento, para as academias das Forças, como principal destinação dos concludentes do Ensino Médio¹⁶³.

Por que o uso do advérbio “inercialmente”, dois parágrafos atrás? Porque, ignorando a mudança das condições objetivas em que os jovens vêm se inserir nos CM, ignorando as motivações segundo as quais os CM são procurados agora, no século XXI, o EB mantém, em grande parte, o conjunto de condutas que funcionam em suas escolas de formação, bem como mantém a semelhança para com elas. O peso dessa história incrustada pelas paredes, desses valores tatuados nos profissionais e dessa Pátria mimetizada nos invólucros castrenses – pensemos nas fardas, mas também na linguagem restrita à caserna – mantém funcionando

¹⁶²E somente do oficialato, já que, como nos mostra CUNHA (2006 e 2012), os CM praticamente não admitiam filhos de praças e não encaminhavam seus formandos para esta categoria profissional.

¹⁶³Sem contar que a presença de mulheres (desde 1989) desencadeia essa correia de transmissão: possivelmente elas venham a ser aceitas na AMAN a partir de 2016.

um grande dispositivo voltado à subjetivação do profissional da violência, porém sem condições de concluir sua destinação.

Não sendo a finalidade desta tese, e muito menos deste capítulo, a listagem exaustiva dos porquês dessa não conclusão, fiquemos com alguns tópicos, a título de exemplificação:

Porque os CM não detêm condições efetivas para administrar a ruptura de um tipo de vida (a civil) para outro tipo de vida (a militar), como fazem as escolas de formação. Na ausência dessas condições, fica parcialmente esvaziada a finalidade da cerimônia de admissão dos novos alunos (em suas duas partes: entrada e entrega da boina), da qual tratamos no capítulo 4, bem como se torna um simulacro – no sentido vulgar de falsificação – a “semana zero”, que já pretendeu equivalência com a semana de adaptação das academias, na qual se choca, pelo teste extremo, a disposição do cadete à permanência naquela escola.

Porque a sociedade, como um todo, afastou-se dos modelos que pautaram a exemplaridade elogiada pelo General Gaetano de Faria. Se, ainda, encontramos pais que valorizam a proposta pedagógica dos CM pelo que ela incrementa de ordem, disciplina e todo um conjunto de valores da obediência, nem de longe esses responsáveis endossam, para seus filhos que pretendem que sigam a vida “paisana”, o ideário romântico preconizado na pedagogia patronímica¹⁶⁴.

Porque o conjunto mesmo dos profissionais incumbidos de, no cotidiano escolar dos Colégios Militares – e, em especial, do CMRJ –, operar com os dispositivos, não demonstra a necessária unidade de pensamento, o mesmo consenso em torno do *espírito militar*, seja pela diversidade de suas origens e formações (vieram das três Forças Armadas e das Forças Auxiliares), seja por transformações – que não nos cabe investigar – em seus processos de formação. O que nos remete a um desvio importante.

ZIZEK (2008), quando descreve o “código vermelho”, nos fala de uma regra não escrita que, no nível explícito da norma, a contradiz; porém, em um

¹⁶⁴Também foge ao escopo deste trabalho vincular, de alguma forma, mudanças como essas ao que, por exemplo, SENNETT (2004), relaciona ao capitalismo sob o qual vivemos.

nível mais profundo (do não dito), a reforça, na medida em que fortalece o espírito comunitário, que é a razão maior de existência da norma¹⁶⁵.

Conforme reiterado várias vezes, fizemos um uso muito restrito e cuidadoso das palavras deste autor, tentando destacar a importância de um consenso subliminar, de um *subentendido* que perpassa a vivência da caserna, sendo o grande vigia da qualidade do *espírito militar*. O conjunto das regras escritas, por maior e mais detalhado que seja, não contempla o total das possibilidades, particularmente no que concerne à comunidade dos Colégios Militares, com todas as excepcionalidades sobre as quais tratamos aqui. O *subentendido* se faz ainda mais necessário, como a cola axiológica a unir todas as ações em um mesmo mosaico coerente com a imagem veiculada pela Força Armada.

Mas é isso que vem a faltar, a ação eficaz do *subentendido* que normatiza nos pequenos vãos deixados pela pluralidade, que arbitra a miríade de micro contendas brotando a cada esquina, entre as salas de aula e os banheiros. Na falta deste *subentendido* – que é um componente com o qual se pode contar nas escolas de formação –, germinam os interstícios, os espaços de criação por meio dos quais os alunos se apropriam do campo simbólico originalmente de posse do EB, e multiplicam-se as apropriações, as releituras e ressignificações, não em uma confrontação, em um conflito – já que é difícil divisar uma disputa entre forças –, mas aproveitando as *linhas de inação*, a estratégia bartlebyana de “não agir” que parte da abstenção total para com as regras do jogo.

Assim é que essa pedagogia que denominamos de patronímica, porque pautada na referência e reverência às biografias (edulcoradas) exemplares de vultos históricos escolhidos – prática esta que tem sua origem na *areté* homérica, percorrendo a Idade Média e o romantismo do século XIX –, tão identificável nos pavilhões batizados, nas mensagens de superação e de exemplo, nas letras dos hinos e canções, nos “gritos de guerra” repetidos na Ordem Unida, encontra seus limites frente ao público do CMRJ, limites que não traduzem, de maneira nenhuma, uma simples negação da mensagem veiculada, mas a condicionante inegociável da adaptação dessa mensagem.

¹⁶⁵Indo mais fundo no argumento do autor, é como se “ninguém dissesse para sorrir e todos soubessem que a surra era devida”.

Porque não foi significativa a presença – ainda que existente – daqueles que renegam o Colégio e que, simplesmente, não o amam. Os posicionamentos revoltosos foram plotados, porém considerados menos relevantes, frente às posturas que afirmaram o convívio pela via da apropriação. Estas posturas não endossam, ao pé da letra, a matriz axiológica que vertebra as Forças Armadas, porém pinçam alguns componentes *à la carte*, para sua própria estruturação.

Um exemplo dessa apropriação pode ser conseguido da observação do aniversário do CMRJ, o seis de maio. Os alunos retornam em peso, desde as longínquas turmas da década de 1940/50. Fazem questão de portar suas boinas e se emocionam naqueles momentos catárticos, como o canto da canção do Colégio e a execução da saudação colegial (o “Zum zaravalho”). Porém – principalmente quanto às turmas mais novas – todas essas ritualizações aparecem travestidas, tornadas lúdicas, muitas vezes ao limite de sua descaracterização.

As moças que retornam em trajes civis enfeitam-se para compor seus “looks” com a boina vermelha. Os rapazes fazem o mesmo, cuidando de incluir alguma transgressão, por exemplo, nas camisas sociais abertas no peito. A maioria das boinas, enquanto provas de uma filiação que não se quer renegar, posicionam-se afirmativamente desviantes da norma sobre as cabeças que desfilam. E por falar em desfile, todas as turmas – e, em especial, novamente as mais recentes – percorrem a avenida reverenciando a maior autoridade presente e fazendo questão de tratar o desfile não como um item da liturgia militar, mas como uma festa, um carnaval.

Outrossim, se viemos tratando da intencionalidade da formação proposta pelo Exército (e, neste sentido, podemos afirmá-la como *pedagógica*¹⁶⁶), temos de dedicar mais alguma reflexão sobre esses actantes, os atores não-humanos, os dispositivos por meio dos quais o CMRJ – emulando práticas formativas correntes nas escolas de formação – objetiva a formação de certa identidade para os alunos dos Colégios Militares.

¹⁶⁶*Pedagogia*, em grego (“*paidos agein*”), se refere à condução da criança para a escola. Neste sentido, tem-se como *pedagógica* a ação educativa intencional, direcionada para algum objetivo.

Trataremos sob a ampla classificação de “farda”, para fim desta argumentação, a todo o conjunto de itens identitários sobre os quais viemos desdobrando esta tese.

Uma “farda” – ou cada um de seus componentes – não se explica ou justifica apenas por sua funcionalidade. Ainda que a impessoalidade burocrática, tão característica da autoimagem militar, imponha definições objetivas aos itens identitários – no que a classe das Armas se arvora uma “modernidade” saída das páginas críticas de LATOUR (1994)¹⁶⁷ –, essas mesmas normas que objetivam os itens traem sua dimensão simbólica e seu valor para a subjetivação dos profissionais castrenses. Alguns exemplos prosaicos e não exaustivos, retirados do uso profissional:

A farda camuflada é, cada vez mais, usada em situações que não a justificam. Atividades urbanas, práticas secretariais, rotinas de escritório fora do contexto operacional em que a mesma é imprescindível. Ainda que valha o argumento de que ela é bem mais confortável do que aquela camisa tradicionalmente destinada às atividades burocráticas, parece óbvio que ela acaba se impondo como mais característica, como mais definidora da identidade de quem a está vestindo, em uma coletividade de camisas de firmas, jalecos de empresas, *t-shirts* com logotipos comerciais.

Até os anos de 1990, o Exército possuía três tipos principais¹⁶⁸ de chapéus, com suas destinações rigorosamente reguladas: o bibico¹⁶⁹, a boina e o quepe. O primeiro, previsto principalmente para uso interno e situações de rotina; a segunda, para festividades e representações menos pomposas, bem como alguns deslocamentos; o terceiro, para festividades e cerimônias oficiais de maior pompa. O bibico foi extinto e o uso do quepe ainda mais restringido. A boina firmou-se como a “cobertura” de uso mais frequente. Seguindo o princípio apresentado neste trabalho como de “distinção dentro da distinção” – segundo o qual as Forças Armadas investem em taxionomias que, respeitando o ideário da meritocracia,

¹⁶⁷ Pensamos, aqui, em uma modernidade que nunca ocorreu (“*nunca fomos modernos*”).

¹⁶⁸ Chamamos de principais porque existem outros, de uso bem mais restrito e que não nos interessa tratar, como é o caso dos capacetes, das barretinas, etc.

¹⁶⁹ “*Chapéu de dois bicos; gorro de soldado, de costura única e reta em cima fazendo dois bicos*”. Acessado em: <http://www.dicio.com.br/bibico>.

subdividem, ainda mais, seu público interno (já demarcado como distinto do público externo) em classes e grupos específicos –, as boinas foram adquirindo cores que permitem, ao observador, reconhecer o pertencimento do militar que a usa: camufladas para os militares servindo na Amazônia; azul escuro para os cadetes; pretas para os oriundos das unidades blindadas; vermelhas para os paraquedistas; azul claro para os missionários de paz; etc. Se o próprio uso da boina não se justifica por nenhuma funcionalidade, ainda menos sua segmentação por tantos grupos específicos.

Os dois exemplos anteriores, como anunciado, não são exaustivos. Poderíamos prosseguir em outras exemplificações que corroboram a farda como uma matéria de interesse (*matter of interest*), e não como uma matéria de fato (*matter of fact*), no sentido proposto por LATOUR (2008).

Este autor retoma, para entender o estatuto contemporâneo do *design*, sua discussão sobre a modernidade (1994), na qual atacou, como falsa, a separação entre cultura (subjetividade) e natureza (objetividade). O *design*, nos dias de hoje, se torna cada vez mais onipresente – tanto em *compreensão* (apropriação de mais e mais aspectos do que uma coisa é) quanto em *extensão* (uma diversidade cada vez maior de coisas) – e essa onipresença nos leva a uma realidade em que tudo tem a ver com *design*. Se tudo é pensado em termos de *design*, então a noção de objetividade – como separação entre seres humanos (de um lado) e objetos (os não-humanos, de outro lado) – perde seu sentido. Passamos da primazia das questões¹⁷⁰ de fato, onde vigora a dicotomia “humanos x não-humanos”, para a primazia das questões de interesse, onde os objetos (distintos e apartados dos sujeitos) se tornam coisas (relacionadas aos “interesses” humanos; subjetivadas).¹⁷¹

Retornando ao parágrafo anterior, propomos essa leitura da farda como, desde sempre, uma matéria de interesse, já que, por um lado, o Exército nunca conseguiu afirmar a exclusividade dos aspectos funcionais para a determinação ou

¹⁷⁰ Fazendo o mesmo jogo linguístico que LATOUR (2008) faz, entre *matters* como matérias, problemas ou questões.

¹⁷¹ Lembramos, também – e é justo referenciar, ainda que sem espaço para o devido desenvolvimento –, de MAFFESOLI (1999, p. 133), quando afirma que “*a técnica não é mais iconoclasta, mas iconófila*”.

a escolha dos componentes da farda; sob o discurso da racionalidade, toda uma gama de aspectos afetivos sempre veio a ditar a definição e a permanência desses componentes, agora, sim, como itens identitários. E, por outro lado – recorrendo, também, a BERQUE (1994, 2008, 2010a, 2010b, 2013a, 2013b) e toda a sua construção de uma identidade em dialogia com o espaço em volta –, reconhecendo que a identidade da Força Terrestre se constrói em relação recíproca com aquilo que tratamos como Pátria¹⁷².

LATOUR (2008) afirma, como quarta vantagem para o conceito de *design*, que

“Fazer design é o antídoto para os atos de fundar, colonizar, estabelecer ou romper com o passado. É o antídoto para a arrogância e para a busca de certezas absolutas, começos absolutos e de desvios radicais” (p.8).

É uma afirmação que nos serve – claro que com as devidas ressalvas – para explicar a permanência da farda pela sua relação simbiótica com os militares, por um cuidado que não se tem por um objeto apartado de nós mesmos, mas que é devido àquilo que entendemos íntimo do significado de nossa própria vida.

Ainda: a maneira como Latour amplia o conceito de *design*, se o distingue do simples desenho por meio do qual o homem era capaz de objetivar a realidade (planejando, determinando, impondo-se sobre os objetos), traz o problema da inserção desse mesmo homem na complexidade de ter de *viver o design*, ou seja, de estar em co-determinação com as coisas a sua volta.

Quando, aproveitando esta linha de raciocínio, procuramos entender a farda à luz dos códigos que a determinam, vemos que, o tempo todo, os militares estão em co-determinação com elas. Expressões tão folclóricas quanto corriqueiras ilustram:

¹⁷² Referenciamos – apenas como apontamento para desenvolvimentos futuros – novamente a MAFFESOLI (1999), quando este observa o quanto a estética de Berque remete a uma experiência tátil (do próximo, do localismo) – no que a relação do Exército com a Pátria pode se mostrar realmente corporal – em contraposição à estética do progressismo moderno que, sendo uma experiência ótica (da visão, do longínquo), aponta para *“a projeção no futuro, a busca dos amanhãs que cantam”* (p. 260).

“*Cadete! Você está nu!*” [Expressões como esta são usadas quando um bolso da camisa, que deveria estar abotoado, se encontra aberto]

“*Sua moral é da altura de suas bombachas!*¹⁷³” [Se as bombachas estão baixas, significa que a ‘moral’ do profissional também está baixa]

“*O Infante é um caracol*” [Porque carrega sua ‘casa’ – a mochila – nas costas]

O tempo todo, expressões como as acima pontuam que o ser militar tem a ver com a exterioridade representada pela farda. O que somos – e somos uma mesma coisa, no uníssono da profissão – tem a ver com o que aparentamos. Deste modo, a relação para com a farda é uma relação de cuidado de si, enquanto membro da mesma instituição.

No que é justo lembrarmos a contribuição de MAFFESOLI (1999, p. 127), com seu conceito de *formismo*:

“A forma é formadora. Há também uma estreita conexão entre o conteúdo e o continente, entre a forma exterior e a força interior. O dado mundano é uma constante inter-relação, interdependência, que é essencialmente complexa, e não se pode abstrair arbitrariamente esse ou aquele elemento dessa complexidade. Nesse sentido, o formismo mostra que o jogo da aparência é, ao mesmo tempo, parte integrante de um exemplo dado e meio de compreender o conjunto”.

É claro que reconhecer as fardas como matérias de interesse – o que não está claro para a Força Armada, já que esta procura se vincular a uma imagem de precisão e eficácia (uma imagem de racionalidade moderna, portanto) – impõe considerar que outros sujeitos nesta relação (lembramos – finalmente! – dos alunos) podem fazer a mesma leitura subjetiva e almejar uma co-determinação singular para com seus uniformes.

Apeguemo-nos a expressão “co-determinação singular”, do parágrafo anterior. Se a identidade dos militares depende tanto assim da sua exteriorização pela farda, sendo, neste caso, incontornável que esta expressão seja única, uniforme e padronizada, como pensar em uma “co-determinação singular”, como um “militar à la carte”, um militar ao gosto do freguês? Este é o impensável que acontece nas releituras dos alunos.

¹⁷³Elástico usado para prender a calça ao redor do coturno.

Precisaremos de uma longa colaboração de BOURRIAUD (2011):

“Como já foi dito, a reação de defesa mais comum consiste em exaltar a diferença na forma de substância: se eu sou ucraniano, egípcio ou italiano, preciso seguir, contra as forças de desarraigamento – maus ventos soprando não se sabe de onde –, tradições históricas nacionais que me permitam estruturar minha presença no mundo segundo um modo identitário. Oriundo de um contexto específico, cá estou eu fadado a perpetuar as antigas formas que me diferenciam dos outros. Mas quem são esses outros? É surpreendente constatar que, em última instância, a questão identitária se coloca de forma mais aguda nas comunidades imigradas nos países mais “mundializados”; as antenas parabólicas nos guetos comunitários, o encarceramento em costumes intransponíveis ao país de acolhida, os enxertos que não vingam... São as raízes que causam o sofrimento dos indivíduos: em nosso mundo globalizado, elas persistem à maneira desses membros fantasmas decorrentes de uma amputação, que suscitam uma dor impossível de combater, posto que causada por uma substância já inexistente. Em vez de opor uma raiz fixa a outra, uma “origem” mitificada a um solo integrador e uniformizador, não seria mais sensato apelar para outras categorias de pensamento, que nos são, aliás, sugeridas por um imaginário mundial em plena mutação? Cento e setenta e cinco milhões de indivíduos no planeta vivendo um exílio mais ou menos voluntário, cerca de dez milhões a mais a cada ano, a banalização do nomadismo profissional, uma circulação sem precedentes de bens e serviços, a constituição de entidades políticas transnacionais: essa situação inédita não poderia ensejar um novo modo de conceber uma identidade cultural? (p. 18 – 19).

Este argumento é o preâmbulo para o conceito de *radicante* que utilizamos, no capítulo 5, como aproximação a maneira pela qual os alunos se posicionam, como sujeitos, frente à tentativa de subjetivação intentada pelo CMRJ; e a ele retornamos.

O Exército, ainda que em uma ação inercial iniciada no processo de sua reprodução identitária nas escolas de formação – remetemos, sempre, à AMAN como exemplo definitivo desse processo –, busca ancorar os discentes em costumes, valores e tradições que personificam a instituição castrense. O que tomamos como um coletivo, neste capítulo – a farda – e que podemos abrir na plêiade de peças de uniforme, insígnias, gestos e linguagem privativos, etc., não são utensílios, no sentido estrito de objetos com funcionalidades, mas raízes –

como propõe BOURRIAUD (2011) – que vêm, cada uma, com seu próprio testamento para fixação dos sujeitos. Senão, vejamos, em alguns exemplos.

As boinas garanças são sempre as mesmas, e obrigatórias. Seu uso é predefinido, assim como os cabelos sobre os quais assentarão. Não é facultado achatá-las como pizzas ou usá-las recuadas, como se usam certos bonés.

Os culotes distinguem – como prêmios! – os alunos de Cavalaria, e são folgados quando não se estiver montando. Não importa o quanto as adolescentes, no fulgor de sua juventude, os quiserem justos, delineando seus corpos.

Os brincos passam a ser tolerados porque as mulheres entraram no Exército; mas apenas um – e discreto – em cada orelha. Nada de piercings de nenhuma espécie e em lugar algum dos (sagrados) corpos.

Os exemplos desdobrar-se-iam *ad aeternum*. É fácil perceber que não se usa, simplesmente, a farda, mas se adere a uma proposta subjacente. Se *investe*, e, neste sentido, a farda é que nos veste.

Os estudantes – naquela maioria que nos interessou por suas alternativas de convivência – aprendem, em algum ponto de seus percursos como discentes, que o CMRJ não tem o poder, sobre eles, que as normas parecem afirmar. Eles aprendem isso na observação dos colegas mais velhos e dos interstícios, dos espaços de inserção das *linhas de inação*, ou seja, aqueles vazios nos quais o texto canônico se omite, contando com um *subentendido* que não se pronuncia.

Os alunos tomam para si os itens identitários, fazendo um uso seletivo – e, por que não dizer, performativo¹⁷⁴ – das memórias apensadas nesses itens. Não parecem declarar, na grande maioria das observações, nada contra o CMRJ e, por extensão, contra o Exército. Não se trata de contrapor uma raiz à outra.

Trata-se, antes, dessa ancoragem no ar, desse contrato em aberto, de manter-se em uma relação de exploração das possibilidades – *avoir* (possuir), ao invés de *être* (ser). Nada de essências!

¹⁷⁴Aproximando do sentido que BUTLER (2003) atribui aos atos performativos de representação de si, como um jogo com os códigos, da articulação de signos que um indivíduo veste sem aderir a eles.

Os alunos não discordam, portanto, dessa expressão pela aparência que as Forças Armadas parecem manter, ainda que não formulada nos termos que desenvolvemos aqui; só que eles a levam para outra direção, eles a experimentam adiante do que o Exército parece experimentar.

Em sua argumentação sobre “porque a indumentária não é algo superficial”, MILLER (2013) critica o entendimento moderno de que a superfície esconde alguma verdade interior, de que existe uma verdade que não é aparente. Tomando como exemplo sua experiência etnográfica em Trinidad, ele avança na direção contrária, de que a superfície – por meio de um *estilo* (construção individual de uma estética baseada não apenas no que você está vestindo, mas em como você o veste), e não de uma *moda* (ato de seguir uma tendência coletiva) – é que expressa a verdade.

Na contramão de uma *ontologia da profundidade*¹⁷⁵, o autor defende a evidência da verdade, sua afirmação na superfície (para os trinitários – nativos de Trinidad – as pessoas “profundas” são desonestas), concluindo que:

“Minha percepção é que sociedades relativamente igualitárias preferem metáforas sugerindo que as pessoas devem ser definidas por suas capacidades e realizações correntes; e que devem perder a posição conquistada quando essas capacidades declinam. Decorre daí que eles tendem a encarar a verdade e o ser à superfície. Em contraste, sociedades fortemente estabelecidas, com longas histórias de institucionalização, seja de classe ou de posição, tendem a encarar o ser e a verdade como algo profundamente situado dentro do eu e relativamente constante” (MILLER, 2013, p. 33 – 34).

Isso denota, não só a evidência da verdade – daquilo que realmente se é – na superfície, mas seu caráter transitório e contingente – o que sou, amanhã posso não ser mais.

Este é o ponto onde o percurso conjunto entre a “superficialidade” do Exército e a dos alunos estanca, e os discentes avançam. Porque o Exército se apega a uma ontologia do ser como constante, perene, e que se expressa na superfície. O militar não tem duas caras: o que ele é (imutável), ele aparenta. Os

¹⁷⁵Que é como a modernidade ocidental situa o *ser* (núcleo do *eu*): no interior, em oposição à superfície, onde ele não está.

alunos aparentam o que eles são, mas este ser desancorado está em devir. A coerência entre ser e parecer não quer dizer uma constância do ser.

O Exército busca sua força na troca efetuada entre seus profissionais – dispensáveis – e a instituição – eterna. Os estudantes não se referenciam (nem querem se referenciar) nessa verdade platônica. Os militares aparentam (e são) sua instituição e essa, por sua vez, é a Pátria, também idealizada. Efetua-se, aí, uma transmissão como aquela que identificamos no capítulo 4, no batismo das palmeiras imperiais com o nome de vultos históricos.

Personagens como o Sgt Wolff que evocam, ao mesmo tempo, os valores constitutivos do *espírito militar* e episódios de defesa da Pátria – e desses valores – são citados como em lápides aos pés de árvores que demandam cuidados; cuidar deste solo (destas árvores) é cuidar da Pátria, de sua história e de seus valores. É cuidar da própria instituição militar.

Mas toda essa digressão passa ao largo de como os alunos se expressam. Eles se co-determinam com os símbolos do Exército de uma maneira livre, desde aqueles mais próximos do que o EB quer exprimir em sua identidade até os que reinventam, em modo mais radical, os itens identitários; desde aqueles que, por subverterem a imagem com maior radicalidade, acabam por acionar mecanismos de defesa institucionais e ter de lidar com eles, aos que, não professando em nada o credo castrense, acabam sendo apoiados pela Força Armada, porque sua reinvenção preserva a aparência querida pelo CMRJ.

Concluindo, o tipo de valorização da aparência com que o EB ostenta sua farda atesta que – contrariando a afirmação de BOURRIAUD (2011) com a qual epigrafamos esta conclusão – “se é aquilo que se usa”: uma perfeita identificação entre essência e aparência. Ao contrário – e indo ao encontro do sentido de contingência pensado por BOURRIAUD (2011), posto que “não se é o que se usa” porque este ser é fugaz, fugidio, está sempre adiante de onde as raízes da cultura quereriam fixá-lo –, os alunos afirmam, o tempo todo, que *não se é o que se usa, mas se está aquilo que se usa*.

Usei do Interlúdio para colocar-me, militar que sou, dentro da pesquisa.

O episódio lá recordado guarda exemplaridade com as ações descritas, agora, para a pedagogia patronímica. O juramento à bandeira nacional serve à mesma entrada e confirmação da condição de militar, e o deslocamento do estandarte ladeado pelas bandeiras históricas é a mais concisa expressão gráfica para a Pátria se movendo em nossa direção, à nossa reverência. A letra da Canção do Expedicionário faz inventário de todo um Brasil folclórico, mitológico, como folclórica e mitológica é a própria Força Armada, com seus vultos nunca derrotados e virtudes inabaláveis.

O CMRJ – mais antigo dos doze Colégios Militares – o irmão mais velho, com sua autoridade e ranzinice – emula, em um currículo oculto, o *ethos militar* formalizado pelo Marechal José Pessoa, ainda no primeiro terço do século passado, articulando símbolos coligidos dos tempos do Império para um novo panteão de tradições inventadas.

Mas, no formigamento de jovens que interagem pelo Colégio, que profanam em algazarra a sacralidade dos bustos e dos túmulos, que juram – com a mesma ausência de convicção – tanto ser quanto deixar de ser alunos, rescende o mesmo sentimento de afeição pelo Colégio.

Uma afeição que tem a ver, me parece, com as apropriações, releituras e ressignificações que o CMRJ possibilita – pelas vias que perseguimos neste trabalho – que aconteçam. Porque há ao que se agarrar, há uma matéria-prima simbólica, mesmo que feita de dispositivos esvaziados de sua intencionalidade (o que não se encontra mais nas escolas civis, desencantadas pela razão instrumental moderna).

É um afeto que traz de volta os ex-discentes para o pleito anual de saudade; é um afeto que energiza os trotes das subunidades, dados por estudantes que mal se entendem como membros de suas Armas; é um afeto que eterniza o presente para aqueles que, em breve, não estarão mais alunos.